

Sumário

1 Introdução	1
1.1 Objeto.....	1
1.2 Justificativas	3
1.3 Hipótese.....	4
1.4 Objetivos e procedimento metodológico.....	4
1.5 Caracterização da pesquisa	4
2 Transação	7
2.1 A transação no Código Civil.....	7
2.1.1 Conceito e objetivo	7
2.1.2 Objeto	9
2.1.3 Cláusulas.....	9
2.1.4 Natureza.....	10
2.1.5 Capacidade	11
2.1.6 Forma	12
2.1.7 Interpretação	12
2.1.8 Efeitos	12
2.1.9 Nulidade.....	13
2.1.10 Anulabilidade	15
2.2 Transação no Direito Público	16

2.2.1 Compatibilidade com o Direito Público	16
2.2.2 Transação e os princípios constitucionais	19
2.2.2.1 Legalidade	20
2.2.2.2 Eficiência	24
2.2.2.3 Isonomia	25
2.2.2.4 Impessoalidade	25
2.2.2.5 Moralidade	26
2.2.2.6 Publicidade	28
3 Transação Tributária.....	31
3.1 Admissibilidade constitucional.....	31
3.1.1 Disciplina constitucional	31
3.1.2 A indisponibilidade dos tributos e a supremacia do interesse público.....	32
3.1.3 Vantagens de instrumentos consensuais.....	34
3.2 Requisitos da transação tributária no Código Tributário Nacional	36
3.2.1 Lei autorizativa.....	36
3.2.2 Litígio	42
3.2.2.1 Alcance	42
3.2.2.2 Dúvida	44
3.2.2.3 Matéria de fato	45
3.2.2.4 Matéria de direito.....	46
3.2.2.5 Verdade material e mecanismos de afastamentos de dúvidas.....	47

3.2.2.6 Incerteza quanto ao pagamento e ao êxito	48
3.2.2.7 Inexistência de previsão de razões para extinguir o litígio	49
3.2.3 Concessões mútuas	49
3.2.3.1 Concessões pelo Fisco.....	50
3.2.3.2 Concessões pelo sujeito passivo	54
3.2.3.3 Concessões com efeitos prospectivos.....	56
3.2.4 Efeitos extintivos.....	57
3.3 Natureza jurídica	60
3.4 Proximidade e distanciamentos com outros institutos	61
3.4.1 Remissão	61
3.4.2 Anistia	62
3.4.3 Denúncia espontânea.....	63
3.4.4 Moratória e parcelamento	63
3.4.5 Negócio jurídico processual.....	64
3.5 Renúncia Fiscal	65
3.6 Requisitos específicos	67
3.7 Efeitos na esfera penal	68
3.8 Revisibilidade e nulidade	68
3.9 Transação preventiva.....	70
3.10 Exigências de princípios constitucionais	72
3.10.1 Igualdade.....	72
3.10.2 Eficiência	73

3.10.3 Impessoalidade.....	74
3.10.4 Moralidade.....	74
3.10.5 Publicidade	75
3.11 Exemplos no ordenamento federal	76
4 Transação Tributária Federal	83
4.1 Contexto	83
4.2 Lei nº 13.988/2020.....	85
4.2.1 Disciplina geral	85
4.2.1.1 Discricionariedade	85
4.2.1.2 Modalidades.....	87
4.2.1.3 Pressupostos.....	90
4.2.1.4 Exigências ao contribuinte.....	91
4.2.1.5 Exigências à Fazenda	91
4.2.1.6 Impossibilidade	92
4.2.1.7 Concessões fazendárias possíveis	95
4.2.1.8 Concessões fazendárias proibidas	95
4.2.1.9 Concessões do sujeito passivo	96
4.2.1.10 Efeitos.....	99
4.2.1.11 Rescisão e cessação de efeitos	102
4.2.2 Transação na cobrança.....	105
4.2.2.1 Regras gerais.....	105
4.2.2.2 Exigências ao sujeito passivo.....	106
4.2.2.3 Exigências a Fazenda.....	107

4.2.2.4 Concessões fazendárias possíveis	108
4.2.2.5 Concessões do sujeito passivo	118
4.2.2.6 Efeitos	118
4.2.2.7 Transação por adesão	119
4.2.2.8 Transação individual geral	120
4.2.2.9 Transação individual simplificada	126
4.2.3 Transação de relevante e disseminada controvérsia jurídica	127
4.2.3.1 Controvérsias transacionáveis	127
4.2.3.2 Créditos transacionáveis	131
4.2.3.3 Especificação de hipóteses fáticas e jurídicas	133
4.2.3.4 Seleção de tese	134
4.2.3.5 Concessões fazendárias	135
4.2.3.6 Concessões e exigências do sujeito passivo	136
4.2.3.7 Efeitos	138
4.2.3.8 Efeitos proibidos	138
4.2.3.9 Rescisão	139
4.2.4 Transação do contencioso de pequeno valor	139
4.2.4.1 Objeto	139
4.2.4.2 Concessões fazendárias	140
4.2.4.3 Condições e concessões do sujeito passivo	141
4.3 Transação para devedores em recuperação judicial	141
4.4 Transação para o setor de eventos	145

5 Igualdade no Direito Tributário	147
5.1 A norma da igualdade	147
5.2 Isonomia tributária	154
5.2.1 Capacidade contributiva.....	154
5.2.2 Ocupação profissional ou função exercida	161
5.2.3 Extrafiscalidade	168
5.2.4 Origem e destino	175
5.2.5 Limitação a determinadas realidades	177
5.2.6 Sucessão de fatos no tempo.....	179
5.2.7 Regimes tributários opcionais.....	182
5.2.8 Política de extinção de crédito tributário	183
5.2.9 Conclusões sobre a jurisprudência do STF	184
5.2.10 Práticas administrativas reiteradas	187
5.3 Parâmetros para analisar a igualdade em relação à transação tributária	188
6 Transação Tributária Federal à luz da Igualdade	193
6.1 Disposições gerais	193
6.1.1 Disposições comuns	193
6.1.1.1 Sigilo e publicidade.....	193
6.1.1.2 Tratamentos personalizados	194
6.1.1.3 Tratamentos uniformes	199
6.1.1.4 Devedor contumaz	203
6.1.2 Transação na cobrança	204

6.1.2.1 Capacidade de pagamento	204
6.1.2.2 Recuperabilidade dos créditos.....	205
6.1.2.3 Redução e prazos máximos	209
6.1.2.4 Diferenciação dos prazos	213
6.1.2.5 Possibilidade de transação individual.....	214
6.1.2.6 Aceitação da transação individual.....	217
6.1.2.7 Desdobramento da oferta fazendária	219
6.1.2.8 Autorização para utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	219
6.1.2.9 Ausência de relevância da discussão	220
6.1.2.10 Alteração do estado de direito	221
6.1.3 Transação de relevante e disseminada controvérsia jurídica.....	221
6.1.3.1 Suficiência de inscrição em dívida ativa.....	221
6.1.3.2 Setor econômico ou produtivo	222
6.1.3.3 Status da discussão e períodos de competência	222
6.1.3.4 Proibição de efeito prospectivo que resulte em tratamento diferenciado	223
6.1.3.5 Ausência de consideração de prognóstico	223
6.1.4 Transação do contencioso tributário de pequeno valor	224
6.2 Transações por adesão	224
6.2.1 Objeto	225
6.2.1.1 Seleção.....	225
6.2.1.2 Migração de débitos.....	228

6.2.2 Condições de pagamento	228
6.2.2.1 Entrada	228
6.2.2.2 Reduções máximas	230
6.2.2.3 Prazos máximos.....	231
6.2.2.4 Diferimento	232
6.2.2.5 Definição de valores das parcelas	233
6.2.2.6 Aproveitamento de depósitos.....	234
6.2.2.7 Conhecimento da capacidade de pagamento e pedido de revisão.....	235
6.2.3 Garantia	235
6.2.4 Honorários	235
6.2.5 Exigências.....	236
6.2.5.1 Desistência de ações e parcelamentos	236
6.2.5.2 Confissão.....	237
6.2.5.3 Apresentação de decisão e certidão de objeto e pé.....	237
6.2.5.4 Prestação de informações	238
6.2.5.5 Requerimento de homologação judicial	239
6.2.6 Adesão	240
6.2.7 Rescisão.....	242
6.3 Transações individuais	244
6.3.1 Objeto	245
6.3.1.1 Abrangência da transação	245
6.3.1.2 Possibilidade de inclusão de novos débitos	247

6.3.1.3 Possibilidade de migração da transação	248
6.3.1.4 Impossibilidade de nova transação.....	249
6.3.1.5 Débitos vedados.....	249
6.3.2 Condições de pagamento	250
6.3.2.1 Descontos	251
6.3.2.2 Prazos e vencimentos	253
6.3.2.3 Definição de valores de parcelas.....	253
6.3.2.4 Aproveitamento de depósitos e de valores bloqueados.....	255
6.3.2.5 Cláusulas de precatórios concretos	257
6.3.2.6 Utilização de crédito federal sem menção a precatório	259
6.3.2.7 Utilização de crédito de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL assegurada pelo PERT.....	260
6.3.2.8 Utilização de recebíveis de terceiros	260
6.3.3 Garantias	261
6.3.3.1 Percentual de caucionamento de débitos.....	261
6.3.3.2 Formalização de garantias.....	261
6.3.3.3 Redução significativa de garantia	264
6.3.3.4 Demonstração de suficiência de garantia	266
6.3.3.5 Renúncia à discussão judicial de excesso de garantia e liberação	266
6.3.3.6 Possibilidade de substituição.....	268
6.3.3.7 Possibilidade de alienação de garantias	268

6.3.3.8 Desapropriação de garantias	269
6.3.3.9 Afastamento de garantias	269
6.3.4 Honorários	270
6.3.5 Exigências	274
6.3.5.1 Confissão	274
6.3.5.2 Renúncias, desistências e comunicação da transação.....	277
6.3.5.3 Alienação, aquisição e constituição de pessoa jurídica ...	280
6.3.5.4 Apresentação de documentos sobre bens e declarações..	283
6.3.5.5 Cumprimento de outras obrigações.....	284
6.3.6 Efeitos da transação.....	286
6.3.6.1 Vigência, consolidação e eficácia	286
6.3.6.2 Suspensão de exigibilidade do crédito tributário	288
6.3.6.3 Suspensão processual	288
6.3.6.4 Regularidade fiscal.....	289
6.3.7 Rescisão.....	290
6.3.7.1 Ausência de pagamento de parcelas.....	290
6.3.7.2 Inadimplemento de outros débitos	293
6.3.7.3 Fraude à execução, medida cautelar fiscal e declaração de inaptidão.....	294
6.3.7.4 Formalização de Garantias	296
6.3.7.5 Não homologação judicial e permanência de discussão judicial	297
6.3.7.6 Peticionamento	298

6.3.7.7 Relacionadas aos bens e direitos.....	299
6.3.7.8 Outras	301
6.3.7.9 Impugnação da rescisão	302
6.3.7.10 Cessação de efeitos.....	303
6.3.7.11 Homologação judicial da rescisão e consequências	304
6.3.8 Prazos para aceitação de proposta	304
6.3.9 Cláusulas sobre aspectos laterais.....	305
6.3.10 Cláusula sobre igualdade	307
6.3.11 Supressão de dados	308
6.4 Transação para devedores em recuperação judicial	312
6.5 Transação para o setor de eventos.....	313
6.6 Conclusões	314
7 Sugestões de Aperfeiçoamento.....	325
7.1 Abandono ou substituição de critérios de diferenciação	325
7.2 Abandono de determinadas cláusulas.....	327
7.3 Padronização	328
7.4 Criação de regras.....	331
7.5 Divulgação de parâmetros	332
8 Conclusão	335
Referências.....	339
Apêndice - Lista de Termos de Transação Individual analisados por região, conforme identificação constante no portal Gov.br	391